

• Introdução •

Os danos colaterais da desigualdade social

Quando um circuito elétrico fica sobrecarregado, a primeira peça a queimar é o fusível. O fusível, um elemento incapaz de aguentar tanta voltagem quanto o resto da instalação (na verdade, a parte *menos* resistente do circuito), foi inserido na rede de forma deliberada; ele derrete antes de qualquer outra parte da instalação no momento exato em que a corrente elétrica aumenta além do ponto de segurança, e portanto antes que ela consiga derrubar todo o circuito, juntamente com os periféricos que alimenta. Isso significa que um fusível é um dispositivo de segurança que protege outras partes da rede, impedindo que se queimem, fiquem inúteis e sem conserto. Mas também significa que a viabilidade e a resistência do circuito como um todo – a energia que ele pode absorver e a quantidade de trabalho que pode realizar – não devem ser maiores que a capacidade de resistência de seu fusível. Quando o fusível apaga, o circuito inteiro deixa de funcionar.

Uma ponte não quebra e cai quando a carga sobre ela ultrapassa a resistência média de seus vãos; cai muito antes, no momento em que o peso da carga supera a capacidade de *uma* das pilastras – a *mais fraca*. A “capacidade média de carga” das pilastras é uma ficção estatística de pouco impacto, se é que tem

algum, sobre a viabilidade de utilização da ponte, assim como a “resistência média” dos elos é inútil quando se trata de calcular a força de tração que uma corrente pode suportar. Calcular, avaliar e fiar-se nas médias, de fato, é a receita mais segura para perder tanto a carga quanto a corrente a que ela estava presa. Não importa a resistência que possam ter os outros vãos e os pilares de sustentação – é o mais fraco deles que decide o destino de toda a ponte.

Essas verdades simples e óbvias são levadas em consideração sempre que algum tipo de estrutura é planejado e testado por engenheiros adequadamente treinados e experientes. Também são lembradas pelos operadores responsáveis pela manutenção de estruturas já instaladas: numa estrutura monitorada e mantida do modo adequado, esses trabalhos teriam início, de hábito, no momento em que a resistência de *uma* das partes caísse abaixo do padrão mínimo exigido. Eu disse “de hábito” – já que, por infortúnio, essa regra não se aplica a todas as estruturas.

Sobre as estruturas que, por uma ou outra razão, foram excluídas dessa regra – represas malconservadas, pontes abandonadas, aviões com manutenção deficiente, edifícios públicos ou residenciais inspecionados de forma apressada ou superficial –, ficamos sabendo *depois* de acontecer o desastre, quando se trata de contar as vítimas humanas da negligência e os exorbitantes custos financeiros da restauração. Uma estrutura, porém, se destaca muito das outras em termos do grau em que todas as verdades simples – na realidade, de senso comum – antes expressas são esquecidas ou suprimidas, ignoradas, subestimadas ou mesmo abertamente negadas. A estrutura em questão é a *sociedade*.

No caso da sociedade, presume-se amplamente, embora de forma equivocada, que a qualidade do todo possa e deva ser avaliada pela qualidade média de suas partes – e que, se qualquer dessas partes estiver abaixo da média, isso poderá afetar de forma negativa essa parte em particular, mas dificilmente a qualidade, a viabilidade e a capacidade operacional do todo. Quando se verifica e avalia o estado da sociedade, o que se tende a calcular são os índices “médios” de rendimentos, padrões de vida, saúde

etc. Poucas vezes se vê como indicador relevante o grau em que tais índices variam de um segmento da sociedade para outro, assim como a amplitude da brecha entre os segmentos do topo e os da base.

O aumento da desigualdade raras vezes é considerado sinal de alguma coisa além de um problema financeiro; nos casos relativamente raros, em que há um debate sobre os perigos que essa desigualdade representa para a sociedade como um todo, em geral ele se dá em termos de ameaças à “lei e ordem”; quase nunca dos riscos para os ingredientes fundamentais do bem-estar geral da sociedade, como, por exemplo, a saúde física e mental da população, a qualidade de sua vida quotidiana, o sentido de seu engajamento político e a força dos vínculos que a integram à sociedade.

Na verdade, o único indicador tratado rotineiramente como medida do bem-estar – e o critério do sucesso ou fracasso das autoridades encarregadas de monitorar e proteger a capacidade da nação de enfrentar desafios, assim como de resolver os problemas com que se confronta do ponto de vista coletivo – é a renda média de seus membros, não o grau de desigualdade das rendas ou a distribuição da riqueza. A mensagem transmitida por tal escolha é que a desigualdade não é em si mesma um perigo para a sociedade como um todo, nem uma fonte dos problemas que a afetam.

Muito da natureza da política atual pode ser explicado pelo desejo da classe política, compartilhado por uma parte substancial de seu eleitorado, de forçar a realidade a obedecer à posição mencionada. Um sintoma evidente desse desejo e da política voltada para sua realização é a forma como a parcela da população situada na base da distribuição social de renda e riqueza é encapsulada na categoria imaginada de “subclasse”: uma congregação de indivíduos que, ao contrário do restante da população, não pertence a classe alguma – e assim, de fato, não pertence à sociedade. A sociedade é uma sociedade de *classes*, no sentido de constituir uma totalidade em que os indivíduos são incluídos por

seu pertencimento de classe, e deles se espera que, como integrantes, desempenhem a função atribuída à sua classe no e pelo “sistema social” como um todo. A ideia de “subclasse” sugere não haver uma função a ser desempenhada (como no caso das classes “trabalhadoras” ou “profissionais”), nem uma posição ocupada no todo social (como no caso das classes “baixa”, “média” ou “alta”). O único significado de que o termo “subclasse” é portador é *estar fora* de qualquer classificação significativa, orientada para a posição e para a função. A “subclasse” pode estar “dentro”, mas claramente não é “da” sociedade: não contribui para nada de que a sociedade necessite a fim de obter sua sobrevivência e seu bem-estar; de fato, a sociedade estaria melhor sem ela.

A condição da “subclasse”, como sugere o nome que lhe foi atribuído, é a de “emigrados internos”, ou “imigrantes ilegais”, “estranhos de dentro” – destituídos dos direitos de que gozam os membros reconhecidos e aprovados da sociedade; em suma, um corpo estranho que não se conta entre as partes “naturais” e indispensáveis do organismo social. Algo não diferente de um tumor cancerígeno, cujo tratamento mais sensato é a extirpação, ou pelo menos o confinamento e/ou remissão forçados, induzidos e planejados.

Outro sintoma do mesmo desejo, estreitamente interligado ao primeiro, é a tendência cada vez mais evidente de reclassificar a pobreza, o mais extremo e problemático sedimento da desigualdade social, como um problema de lei e ordem, exigindo assim medidas em geral empregadas para enfrentar a delinquência e os atos criminosos. É verdade que a pobreza e o desemprego crônico, ou o “trabalho sem emprego” – informal, de curto prazo, sem envolvimento nem perspectivas –, têm uma correlação com a delinquência acima da média; em Bradford, por exemplo, a cerca de 10 quilômetros de onde eu moro e onde 40% dos jovens vivem em famílias sem uma única pessoa regularmente empregada, um em cada dez jovens já tem ficha policial. Essa correlação estatística, contudo, não justifica por si mesma reclassificar a pobreza como problema criminal; ao contrário, ela enfatiza a

necessidade de tratar a delinquência juvenil como problema *social*: baixar as taxas de jovens que entram em conflito com a lei exige que se atinjam as raízes do fenômeno, e estas *são* sociais. Sedimentam-se numa combinação de filosofia de vida consumista – propagada e instilada sob a pressão de uma economia e uma política orientadas para o consumo – e oportunidades de vida cada vez mais restritas para os pobres e a ausência, para um segmento da população que aumenta de forma constante, de expectativas realistas de escapar à pobreza de forma socialmente aprovada e garantida.

Duas observações devem ser feitas sobre o caso de Badford, assim como tantos semelhantes que ocorrem por todo o planeta. Em primeiro lugar, explicá-los da maneira adequada, por referência a causas locais, imediatas e diretas (para não dizer relacionadas diretamente à premeditação perversa de quem quer que seja), é um esforço inútil. Em segundo lugar, há pouco que agências locais, por mais dotadas de recursos e dispostas a agir, possam fazer para preveni-los ou remediá-los. Os laços com o fenômeno de Badford se estendem muito além dos limites da cidade. A situação dos jovens de Badford é uma *baixa colateral* da globalização voltada para o lucro, descoordenada e descontrolada.

A expressão “baixa (ou dano, ou vítima) colateral” foi recentemente cunhada no vocabulário das forças expedicionárias militares e popularizada pelas reportagens jornalísticas sobre suas ações, para denotar efeitos não pretendidos, não planejados “imprevistos”, diriam alguns, de forma errônea –, que, não obstante, são perniciosos, dolorosos e prejudiciais. Qualificar certos efeitos destrutivos das atividades militares como “colaterais” sugere que esses efeitos não foram levados em conta no momento em que se planejou a operação e as tropas postas em ação; ou que a possibilidade de tais efeitos foi observada e considerada, mas ainda assim vista como risco válido, levando-se em conta a importância do objetivo militar – essa visão é muito mais fácil (e bem mais provável) porque as pessoas que se decidiram pela validade de assumir o risco não são as mesmas que sofreriam suas consequências.

Muitos dos responsáveis por essas ordens tentariam eximir-se retrospectivamente da disposição de colocar em risco outras vidas e modos de subsistência, assinalando que não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos. O que se busca encobrir nesse caso é o poder de alguém, legítimo ou usurpado, de decidir qual omelete deve ser preparada e saboreada e quais ovos se devem quebrar, assim como o fato de que quem vai saborear a omelete não serão os ovos quebrados... Pensar em termos de danos colaterais é presumir tacitamente *uma desigualdade de direitos e oportunidades preexistente*, ao mesmo tempo que se aceita a priori a distribuição desigual dos custos da ação empreendida (ou, nesse sentido, de se desistir dela).

Aparentemente, os riscos são neutros e não intencionais, e seus efeitos, aleatórios; na verdade, porém, os dados do jogo dos riscos são viciados. Há uma afinidade seletiva entre a desigualdade social e a probabilidade de se tornar uma vítima de catástrofes, sejam elas “naturais” ou provocadas pelo homem, embora em ambos os casos os danos sejam declarados não intencionais e não planejados. Ocupar a base da pirâmide da desigualdade e tornar-se “vítima colateral” de uma ação humana ou de um desastre natural são situações que interagem da mesma forma que os polos opostos de um ímã: tendem a girar um em torno do outro.

Em 2005, o furacão Katrina atingiu a costa da Louisiana. Em Nova Orleans e arredores, todos sabiam que o Katrina estava chegando e tiveram tempo suficiente para procurar abrigo. Nem todos, porém, puderam agir de acordo com esse conhecimento e fazer bom uso do tempo de que dispunham para escapar. Alguns – um bom número – não haviam economizado o suficiente para comprar passagens aéreas. Podiam amontoar suas famílias em caminhonetes, mas para onde levá-las? Motéis também são pagos, e dinheiro era algo que eles não tinham. E – paradoxalmente – era mais fácil para seus vizinhos abonados obedecer aos apelos para que deixassem seus lares e abandonassem as propriedades para salvar suas vidas; os bens dos ricos estavam no seguro, e assim o Katrina podia ser uma

ameaça mortal a suas vidas, mas não à sua riqueza. Além disso, as posses dos pobres sem dinheiro para pagar passagens aéreas ou motéis podiam ser escassas em comparação à opulência dos ricos, e assim menos capazes de provocar tristeza, mas eram seus *únicos* bens; ninguém os compensaria por perdê-las; uma vez perdidas, assim estariam para sempre, e todas as economias de suas vidas iriam embora com elas.

O Katrina pode não ter sido um fenômeno seletivo ou com viés de classe, pode ter atingido ricos e pobres com a mesma equanimidade fria e insensível. No entanto, essa catástrofe reconhecidamente natural não parece “natural” para suas vítimas. Embora o furacão em si não fosse um produto humano, suas *consequências para os seres humanos* o foram. Como resumiu o reverendo Calvin O. Butts III, pastor da Igreja Batista Abissínia do Harlem (e não somente ele): “As pessoas afetadas eram na maioria pobres. Pessoas pobres e negras.”¹ Ao mesmo tempo, David Gonzalez, correspondente especial do *New York Times*, escreveu:

Nos dias que se passaram desde que bairros e cidades da costa do golfo foram varridos pelos ventos e pela água, tem havido uma crescente percepção de que raça e classe foram os marcadores de quem conseguiu sair e de quem ficou preso. Tal como nos países em desenvolvimento, em que o fracasso das políticas de desenvolvimento agrário fica claramente óbvio em épocas de desastres naturais, como inundações e secas – disseram muitos líderes nacionais –, algumas das cidades mais pobres dos Estados Unidos se tornaram vulneráveis pelas políticas federais.

– Ninguém se preocuparia com um monte de negros moradores desses bairros enquanto o sol brilhava – disse o prefeito Milton D. Tutwiler, de Winstonville, Mississippi. – Estou surpreso por ninguém ter vindo nos ajudar agora? Não.

Martin Espada, professor de inglês da Universidade de Massachusetts, observou: “Tendemos a pensar nos desastres naturais como algo de certa forma imparcial, aleatório. No entanto,

sempre foi assim: os pobres estão em perigo. É o que significa ser pobre. Ser pobre é perigoso. Ser negro é perigoso. Ser latino é perigoso.” Como costuma acontecer, as categorias relacionadas como particularmente expostas ao perigo tendem a se superpor. Há muitos pobres entre os negros e entre os latinos. Dois terços dos moradores de Nova Orleans eram negros, e mais de um quarto vivia na pobreza, enquanto no Lower Ninth Ward, bairro varrido da face da terra pela inundação, mais de 98% dos moradores eram negros e mais de um terço vivia na pobreza.

Os mais fortemente atingidos entre as vítimas daquela catástrofe natural eram pessoas que já tinham se tornado os dejetos da ordem e o refugo da modernização muito antes do Katrina; vítimas da manutenção da ordem e do progresso econômico, dois empreendimentos humanos, gritantemente não naturais.² Muito antes de se encontrarem no finalzinho da lista de preocupações prioritárias das autoridades responsáveis pela segurança dos cidadãos, haviam sido exilados para as margens das atenções (e da agenda política) de autoridades que declaravam ser a busca da felicidade um direito humano universal, e a sobrevivência do mais apto o principal meio de implementá-lo.

Uma ideia horripilante: será que o Katrina não contribuiu, ainda que por inadvertência, para os esforços desesperados da doentia indústria de remoção do lixo humano, lutando para enfrentar as consequências sociais de se haver globalizado a produção de uma “população redundante” num planeta abarrotado (e, do ponto de vista da indústria de remoção do lixo, *superabarrotado*)? Não teria sido essa ajuda uma das razões por que foi pequena a necessidade de enviar tropas para a área afligida até que a ordem *social* estivesse quebrada, e a perspectiva de distúrbios *sociais* se revelasse mais próxima? Qual dos “sistemas de alarme precoce” sinalizou a necessidade de empregar a Guarda Nacional? Uma ideia aviltante, horripilante mesmo; gostaríamos muito de descartá-la como injustificada ou fantástica, mas a sequência de eventos a tornou menos inverossímil do que era.

A probabilidade de se tornar “vítima colateral” de algum empreendimento humano, ainda que nobre em seu propósito declarado, e de alguma catástrofe “natural”, ainda que cega à classe, é hoje uma das dimensões mais marcantes e surpreendentes da desigualdade social – e esse fato diz muitíssimo sobre o status já baixo, mas ainda em queda, da desigualdade social na agenda política contemporânea. Embora, para aqueles que se lembram do destino das pontes cuja força fora medida pela capacidade média de seus pilares, isso também fale mais sobre os problemas que a crescente desigualdade entre sociedades e dentro delas ainda estoca para nosso futuro comum.

O vínculo entre a probabilidade maior de se ter um destino de “baixa colateral” e o fato de se ocupar uma posição degradada na escala da desigualdade é resultado da convergência entre a “invisibilidade” endêmica ou planejada das vítimas colaterais, por um lado, e a “invisibilidade” imposta aos “estranhos de dentro” – os empobrecidos e os miseráveis –, por outro. As duas categorias, por variadas razões, são excluídas das considerações sempre que se avaliam e se calculam os custos de um empreendimento planejado e os riscos associados à sua execução. As baixas são “colaterais” quando rejeitadas como não importantes o suficiente para justificar os custos de sua prevenção, ou simplesmente “inesperadas”, porque os planejadores não as consideraram dignas de serem incluídas entre os objetos das ações de reconhecimento preparatório.

Na seleção de candidatos a danos colaterais, os pobres progressivamente criminalizados constituem os “fracassados” – marcados de modo permanente, como tendem a ser, pelo duplo estigma de desimportância e falta de mérito. Essa regra é aplicada nas operações policiais contra traficantes de drogas e contrabandistas de imigrantes, em expedições militares contra terroristas, mas também por governos em busca de recursos adicionais, ao optar por aumentar os impostos sobre mercadorias e limitar as extensões dos playgrounds infantis, mas sem aumentar os impostos que incidem sobre os ricos. Em todos esses casos, e numa

crescente multiplicidade de outros, os “danos colaterais” ocorrem com mais facilidade nos distritos violentos e nas ruas perigosas das cidades que nos abrigos fechados de ricos e poderosos. Assim distribuídos, os riscos de gerar vítimas colaterais podem até se transformar, às vezes (e segundo alguns interesses e propósitos), de passivos em ativos.

A íntima afinidade e interação entre desigualdade e baixas colaterais – dois fenômenos que têm crescido em volume e importância em nossa época, assim como no grau de toxidade dos perigos que pressagiam – é abordada, a cada vez de uma perspectiva um pouco diferente, nos capítulos deste livro, baseados, na maioria dos casos, em palestras preparadas e realizadas em 2010-11. Em alguns dos capítulos os dois temas aparecem em primeiro plano, em outros, servem como contexto de fundo. Uma teoria geral de seus mecanismos interligados ainda está por ser escrita; este livro pode ser visto, no máximo, como uma série de afluentes buscando um leito de rio que até agora não foi aberto nem mapeado. Estou consciente de que essa síntese um dia deve ser feita.

Tenho certeza, contudo, de que a mistura explosiva de crescente desigualdade social e volume cada vez maior de sofrimento humano relegado à condição de “colateralidade” (marginalidade, exterioridade, “removibilidade”, de não ser uma parte legítima da agenda política) tem todos os sinais para se tornar, potencialmente, o mais desastroso dos problemas que a humanidade será forçada a confrontar, administrar e resolver no século atual.